



REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_ de 2014  
( )

**CPMI-PETRO**  
**Requerimento**  
**Nº 581/14**

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam **TRANSFERIDOS** a esta Comissão, pela Petrobras, cópia integral do processo de aquisição da refinaria Okinawa até a sua votação pelo Conselho de Administração.

Senhor(a) Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do SF), requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de **TRANSFERÊNCIA** a esta Comissão, pela Petrobras, cópia integral do processo de aquisição da refinaria Okinawa até a sua votação pelo Conselho de Administração.

**JUSTIFICATIVA**

Como presidente do Conselho de Administração da Petrobras, Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil do governo Lula, aprovou em 2007 a aquisição de parte de uma refinaria no Japão. Diferentemente do que ocorreu um ano antes, quando, segundo Dilma, o conselho decidiu comprar a refinaria de Pasadena, nos EUA,

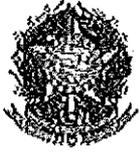


usando informações incompletas, os integrantes do colegiado da estatal foram avisados, no caso japonês, da existência da cláusula Put Option, que obriga uma das partes da sociedade a comprar a outra em caso de desentendimento.

A presidente Dilma disse ter autorizado a compra da refinaria japonesa Nansei Sekiyu com base em um "resumo" elaborado pela Diretoria Internacional da Petrobrás, na época comandada por Nestor Cerveró, no qual "está referida a existência de cláusulas contratuais que materializaram o Put Option, bem como as informações técnicas correspondentes". No caso da refinaria de Pasadena, a presidente havia informado que o resumo que recebeu do mesmo Cerveró era "falho" e omitia condições do contrato como as cláusulas de Put Option e Marlim

Sobre a refinaria Nansei Sekiyu, em Okinawa, Dilma justificou que "a aquisição estava alinhada com a estratégia geral da companhia. Documentos internos da empresa mostram que o conselho, presidido por Dilma na época, aprovou a compra de 87,5% do negócio no Japão. O ministro Guido Mantega também era integrante do conselho e avalizou a compra

A compra da refinaria Nansei foi aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobrás em novembro de 2007. O negócio se assemelha à compra de Pasadena em pontos como o fato de a refinaria japonesa, que custou US\$ 71 milhões, não processar o óleo pesado produzido pelo Brasil. Segundo pessoas envolvidas no



CONGRESSO NACIONAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO  
CPMI DA PETROBRAS

negócio, a Petrobrás foi obrigada a fazer investimento bilionário para adequá-la e reparar danos.

A Petrobrás chegou a anunciar que tinha um comprador para a refinaria japonesa em 2013. No entanto, com a licença de funcionamento da unidade vencida, o negócio não foi adiante. A petroleira colocou a refinaria como um dos ativos de que pretende se desfazer para reforçar o caixa e dar conta do plano que prevê investimentos de US\$ 236,7 bilhões entre 2013 e 2017.

Ante o exposto, entende-se necessária a transferência cópia integral do processo de aquisição da refinaria Okinawa para esta Comissão.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.